

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD  
CONCURSO PÚBLICO para o cargo de Analista Ambiental – IGAM  
Direito**

**PROVA  
S56 – P**

**ATENÇÃO:**  
Verifique se o tipo de prova deste caderno de questões confere com o seu cartão de respostas.

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,  
A FRASE DO ESCRITOR GUIMARÃES ROSA PARA EXAME GRAFOTÉCNICO**

**“A água de boa qualidade é como a saúde ou a liberdade: só tem valor quando acaba.”**

**ATENÇÃO**

**DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas.**

**ESTE CADERNO CONTÉM 60 (SESSENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 4 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C e D – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO, e REDAÇÃO:**

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	15	1
Legislação Ambiental	10	1
Gestão Pública e Noções de Direito	15	1
Conhecimentos Específicos	20	1

**VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.**

**RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.**

**LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

**Por motivo de segurança:**

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado e Folha de Resposta da Redação. Não se esqueça dos seus pertences.
- A Redação deverá ser desenvolvida na Folha de Respostas, personalizada e desidentificada pelo candidato, que deverá destacar o canhoto que contém seus dados cadastrais. A Folha de Respostas da Redação é o único documento válido para a correção.
- O preenchimento da Folha de Respostas será de sua inteira responsabilidade. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

**BOA PROVA!**

[www.funcab.org](http://www.funcab.org)

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

### Verdade ou mentira

Verdade ou mentira, o que eu vou contar aqui é meio esquisito e merece ser lido com alguma atenção. [...]

Por mais impressionante que seja a história, procure controlar os nervos. [...]

Houve uma mulher que amou um amor de verdade.

Por mais estranho que pareça, foi isso que me contaram exatamente.

Um dia ela conheceu um homem, então descobriu que seu amanhecer já não era o mesmo, e os dois trocaram juras eternas, e, o que é mais fantástico ainda, essa mulher, pelo que consta, amou mesmo esse homem, só a ele, muito e sempre.

Parece que ele não era especialmente bonito, rico nem inteligente, era boa gente apenas e (segundo fontes seguras) tinha um sorriso engraçado.

Ela também era uma pessoa normal (pelo menos aparentemente) e só apresentou esse comportamento estapafúrdio em toda a sua vida.

Os motivos que levaram essa mulher a amar tanto esse tal homem, de forma tão descabida e excessiva, nunca ficaram provados.

Primeiro levantaram a hipótese de um surto de loucura passageiro. (Um atestado de insanidade resolveria a questão sem a necessidade de uma análise mais apurada.) Não era. [...]

O fato foi tomando proporções maiores à medida que o tempo passava e o amor daquela mulher não diminuía. [...]

Houve quem apostasse que aquele amor todo era mentira da mulher, com a clara intenção de aparecer na mídia. [...]

A mulher foi ficando meio assustada com aquela agonia de gente e *flashes* de repórter, confere daqui, examina de lá, até que acabou fugindo, coitada. Aquilo já estava impossível.

O homem ficou muito triste, é óbvio, por perder um amor assim tão interessante.

Há quem garanta que até hoje ele passa o dia bebendo na esquina e chora constantemente.

Dela, nunca mais se teve notícia. Possivelmente se auto exilou em algum lugar ignorado.

FALCÃO, Adriana. *O doido da garrafa*. São Paulo: Planeta, 2003. p. 43-44. (Fragmento)

### Questão 01

Pode-se afirmar que a intenção da autora não é destacar aspectos individuais das personagens, mas sim chamar atenção do leitor para um comportamento que os destaca do conjunto de seres humanos, porque:

- A) o foco do texto está no fato, aparentemente inacreditável, de terem vivido um grande amor.
- B) o caráter extraordinário das personagens está em suas características particulares.
- C) mais importante do que o amor é a caracterização da verdade e da mentira.
- D) o objetivo do texto é chamar atenção para a reação amorosa da mulher.

### Questão 02

Vários artigos foram utilizados para fazer referência às personagens do texto. Observe os pares de enunciados abaixo.

- I. Houve UMA mulher que amou um amor de verdade./ A mulher foi ficando meio assustada com aquela agonia de gente [...]
- II. [...] ela conheceu UM homem [...] / O homem ficou muito triste é óbvio [...]

Por que, em cada par transcrito, a autora usa diferentes artigos para se referir ao homem e à mulher?

- A) Em ambos os casos, a autora emprega, primeiramente, artigos definidos, porque se trata de seres determinados; depois, usa os artigos indefinidos, para apresentar personagens ainda não conhecidos.
- B) Primeiramente, a autora particulariza homem e mulher, com clara intenção de caracterizá-los; em seguida, generaliza as ações, a fim de que o leitor se identifique com as personagens.
- C) Em ambos os casos, a autora emprega, primeiramente, artigos indefinidos, porque se trata de seres ainda indeterminados; depois, usa os artigos definidos, para que o leitor possa fazer uma representação mais precisa de cada um deles.
- D) No primeiro par, a autora faz referência genérica nas duas ocorrências do artigo; no segundo, particulariza, a fim de tornar clara e precisa a representação dos seres.

Questão 03

No período “[...] era boa gente apenas e (SEGUNDO fontes seguras) tinha um sorriso engraçado.” (§ 6), a palavra destacada pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido original do texto, por:

- A) embora.
- B) conforme.
- C) ainda por
- D) já que.

Questão 04

A palavra destacada em “Verdade OU mentira [...]” exprime uma ideia de:

- A) concessão.
- B) alternância.
- C) explicação.
- D) comparação.

Questão 05

A função da linguagem predominante nesse texto literário, de Adriana Falcão, é:

- A) emotiva.
- B) metalinguística.
- C) apelativa.
- D) poética.

Questão 06

A figura de linguagem presente em “Houve uma mulher que amou um amor de verdade.” é:

- A) prosopopeia.
- B) pleonasma.
- C) sinestesia.
- D) hipérbole.

Questão 07

A opção em que está correta, quanto aos aspectos gramatical e sintático, a análise do período “Houve uma mulher que amou um amor de verdade.”, é:

- A) o verbo Haver está no singular, porque concorda com o núcleo do sujeito MULHER.
- B) a locução adjetiva DE VERDADE exerce a função sintática de predicativo do sujeito da segunda oração.
- C) o pronome relativo QUE exerce a função sintática de sujeito da segunda oração.
- D) o período é composto por coordenação.

Questão 08

Em “Ela também era uma pessoa normal (PELO MENOS APARENTEMENTE) [...]” (§ 7) o trecho destacado está entre parênteses para indicar:

- A) comentário acessório.
- B) fala de personagem.
- C) um desvio morfológico.
- D) uma citação.

Questão 09

Em “Os motivos QUE levaram essa mulher a amar tanto esse tal homem [...]” (§ 8), o elemento em destaque retoma a palavra:

- A) motivos.
- B) pessoa.
- C) vida.
- D) mulher.

Questão 10

O complemento do verbo transitivo dos trechos transcritos foi, de acordo com a norma-padrão e com o contexto, substituído corretamente por um pronome oblíquo em:

- A) “[...] procure controlar OS NERVOS.”/ procure controlar-LOS.
- B) “Um dia ela conheceu UM HOMEM [...]”/ Um dia ela conheceu-LHE.
- C) “[...] os dois trocaram JURAS ETERNAS [...]” / os dois trocaram-NAS.
- D) “Primeiro levantaram A HIPÓTESE [...]” / Primeiro levantaram-LA

Questão 11

Considerando a estrutura da frase “Primeiro levantaram a hipótese de um surto de loucura passageiro. [...]”, pode-se afirmar que o sujeito é:

- A) simples.
- B) indeterminado.
- C) composto.
- D) inexistente.

Questão 12

Assinale a alternativa que apresenta a forma correta do verbo, passado para o futuro do pretérito, se a frase “Houve uma mulher [...]” fosse flexionada no plural.

- A) Haveria.
- B) Haveriam.
- C) Haverá.
- D) Haverão.

Questão 13

Dentro dos estudos de regência verbal e de acordo com o padrão culto da língua portuguesa, o verbo em destaque em “O homem FICOU muito triste [...]” é:

- A) transitivo indireto.
- B) transitivo direto e indireto.
- C) intransitivo.
- D) de ligação.

Questão 14

Assinale a alternativa correta, quanto à formação da palavra destacada em: “Por mais IMPRESSIONANTE que seja a história [...]”

- A) composição por justaposição.
- B) derivação prefixal e sufixal.
- C) composição por aglutinação.
- D) derivação sufixal.

Questão 15

Assinale a alternativa em que o termo destacado pertence à mesma classe gramatical do O em “Verdade ou mentira, O que eu vou contar aqui [...]”

- A) “[...] então descobriu que seu amanhecer já não era O mesmo [...]” (§ 5)
- B) “AQUILO já estava impossível.” (§ 12)
- C) “[...] passava e O amor daquela mulher não diminuía.” (§ 10)
- D) “[...] e OS dois trocaram juras eternas [...]” (§ 5)

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão 16

Assinale a alternativa que, de acordo com a Lei nº 9.605/1998, contenha uma das circunstâncias que atenuam a pena de crime ambiental.

- A) Baixo grau de instrução ou escolaridade do agente.
- B) Se o agente praticar a infração em domingo ou feriado.
- C) Ter o agente cometido a infração no interesse de pessoa jurídica, mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais.
- D) O agente cometer a infração em época de seca ou inundações.

Questão 17

A Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, em seu artigo 2º, estabelece algumas definições. Assinale a alternativa que contenha uma definição correta.

- A) Unidade de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, com exclusão das águas jurisdicionais, com características relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime comum da administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
- B) Uso indireto: aquele que envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.
- C) Extrativismo: sistema de exploração com base na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais não renováveis.
- D) Restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original.

Questão 18

Nos termos do artigo 4º da Lei nº 9.985/2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza possui o seguinte objetivo:

- A) contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território estadual.
- B) proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito estadual.
- C) proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos.
- D) valorizar politicamente a diversidade biológica.

Questão 19

As Unidades de Proteção Integral são compostas por categorias de unidade de conservação, conforme dispõe o artigo 8º da Lei nº 9.985/2000. Assinale a alternativa que contenha uma dessas unidades de conservação.

- A) Estação Biológica.
- B) Monumento natural.
- C) Reserva Ecológica.
- D) Refúgio da Vida Campestre.

Questão 20

O artigo 12 da Lei nº 12.651/2012, com redação dada pela Lei nº 12.727/2012, determina qual a porcentagem que todo imóvel rural, com exceção dos casos previstos no artigo 68, deve manter de vegetação nativa, a título de reserva legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente. Qual das alternativas condiz com o texto do artigo 12 da referida lei, considerando a porcentagem mínima e a área de localização do imóvel?

- A) 70% (setenta por cento), no imóvel situado em área de florestas.
- B) 30% (trinta por cento), no imóvel situado em área de cerrado.
- C) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais.
- D) 25% (vinte e cinco por cento), no imóvel localizado fora da Amazônia Legal.

Questão 21

Em relação ao artigo 1º da Lei nº 9.433/1997, a Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se no seguinte fundamento:

- A) a água é um bem de domínio privado.
- B) a água é um recurso ilimitado, dotado de valor econômico.
- C) a gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.
- D) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.

Questão 22

Nos termos da Lei nº 9.433/1997, especificamente em seu artigo 34, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos é composto, entre outros, por:

- A) representantes do Senado Federal.
- B) representantes dos usuários dos recursos hídricos.
- C) representantes indicados pelos Conselhos Municipais de Recursos Hídricos.
- D) representantes do Tribunal de Contas da União.

Questão 23

Em relação a Lei nº 6.938/1981, assinale a alternativa que contenha uma assertiva verdadeira.

- A) A Política Nacional do Meio Ambiente visará à compatibilização do desenvolvimento político-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
- B) O contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental poderá ser averbado na matrícula do imóvel.
- C) Um dos instrumentos da Política Nacional do meio ambiente é o licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras.
- D) A Política Nacional do Meio Ambiente visará ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias estaduais para o uso racional de recursos ambientais.



Questão 24

Conforme dispõe o artigo 66 da Lei nº 9.605/1998, o funcionário público que fizer afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou licenciamento ambiental incorrerá na pena de:

- A) reclusão, de um a três anos, e multa.
- B) reclusão, de até um ano, e suspensão.
- C) reclusão, de um a três anos.
- D) reclusão, de um a três anos, e exoneração.

Questão 25

Nos termos do Decreto 6.660/2008, assinale a alternativa que contenha uma assertiva correta.

- A) O plantio ou o reflorestamento com espécies nativas dependem de autorização do órgão governamental.
- B) Os detentores de espécies florestais nativas plantadas, cadastradas junto ao órgão ambiental competente podem realizar a colheita, a comercialização e o transporte de tais espécies, independentemente de qualquer notificação ao órgão ambiental competente.
- C) Considera-se pousio a prática que prevê a interrupção de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais do solo por até dez anos para possibilitar a recuperação de sua fertilidade.
- D) Constitui enriquecimento ecológico a atividade que importe na supressão ou corte de espécies heliófilas que, mesmo apresentando comportamento pioneiro, caracterizam formações climáticas.

GESTÃO PÚBLICA E NOÇÕES DE DIREITO

Questão 26

Embora não expressos na vigente Constituição da República Federativa do Brasil, são princípios administrativos reconhecidos pela doutrina e pela jurisprudência:

- A) impessoalidade e publicidade.
- B) moralidade e indisponibilidade.
- C) autotutela e segurança jurídica.
- D) publicidade e eficiência.

Questão 27

O artigo 1º, § 2º, I da Lei nº 9.784/1999 define “órgão” como a unidade de atuação integrante da estrutura da administração direta e da estrutura da administração indireta. Sendo desprovidos de personalidade jurídica própria, os órgãos apresentam correlação imediata com o fenômeno da:

- A) insubordinação.
- B) desconcentração.
- C) planificação.
- D) descentralização.

Questão 28

O que se considera requisito essencial para propositura, pelo Estado, de ação regressiva em face do agente público causador do dano?

- A) Caráter doloso da conduta do causador do dano.
- B) Ausência de culpa do agente público.
- C) Existência de dano material causado ao ofendido.
- D) Condenação do Estado e ressarcimento prévio do ofendido.

Questão 29

De acordo com a classificação dos agentes públicos e em conformidade com as normas jurídicas em vigor, estão sujeitos, obrigatoriamente, a concurso público:

- A) os agentes políticos.
- B) os servidores temporários.
- C) os comissionados.
- D) os empregados públicos.

Questão 30

O atributo do ato administrativo decorrente do reconhecimento de que a Administração Pública pode criar, independentemente da concordância dos particulares, obrigações unilateralmente impostas em razão de seu poder extroverso é denominado:

- A) imperatividade.
- B) legitimidade.
- C) finalidade.
- D) autoexecutoriedade.

Questão 31

A modalidade licitatória indicada para contratos de pequeno valor, com exigência de no mínimo três interessados escolhidos pela Administração Pública licitante e inexigibilidade de publicidade em jornal oficial é a da:

- A) concorrência.
- B) convite.
- C) tomada de preços.
- D) concurso.

Questão 32

Observadas as disposições constitucionais vigentes acerca da estruturação do Poder Executivo, é correto afirmar que são órgãos consultivos do Presidente da República:

- A) o Conselho da República e o Conselho Nacional da Justiça.
- B) o Conselho de Defesa Nacional e o Conselho da Justiça Federal.
- C) o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- D) o Conselho Nacional da Justiça e o Conselho da Justiça Federal.

Questão 33

Com base na Lei nº 9.784/1999 – disciplinadora das normas básicas do processo administrativo no âmbito da Administração Federal Direta e Indireta – o processo administrativo pode ser iniciado a pedido do interessado, devendo o requerimento escrito indicar, obrigatoriamente:

- A) órgão ou autoridade administrativa a que se dirige e comprovação da qualidade de agente público do requerente.
- B) identificação do interessado ou de quem o represente e domicílio do órgão ou autoridade administrativa a que se dirige.
- C) formulação de pedido com dispensa da exposição de fatos e fundamentos e órgão ou autoridade administrativa a que se dirige.
- D) data e assinatura do requerente ou de seu representante e domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações.

Questão 34

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil em vigor, são bens públicos de titularidade da União todas as:

- A) águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito no seu território.
- B) cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- C) áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu território.
- D) todas as ilhas fluviais e lacustres.

Questão 35

Segundo o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, são consideradas dimensões-chave, pertinentes à oferta de serviços sociais:

- A) educação e reflorestamento.
- B) saúde e tributação.
- C) defesa social e educação.
- D) desporto e trabalho.

Questão 36

O denominado Choque de Gestão, conjunto de propostas objetivas com intuito de reformular a gestão do Estado de Minas Gerais, começou a ser implementado em 2003 e é dividido em três gerações. São elas, respectivamente:

- A) ajuste fiscal, ênfase nos resultados e gestão para a cidadania.
- B) gestão burocrática, compromisso fiscal e desconcentração.
- C) estatização das atividades, priorização da saúde, gestão em rede.
- D) hierarquização administrativa, gestão regionalizada, respeito aos procedimentos.

Questão 37

De acordo com o Estatuto do Servidor Público do Estado de Minas Gerais, a opção que NÃO corresponde a uma vantagem passível de ser aferida além do vencimento ou da remuneração do cargo é:

- A) diárias.
- B) abono por inatividade.
- C) honorários.
- D) ajuda de custo.

Questão 38

Conforme o Decreto nº 44.591, de 07/08/2007, compõem a alta administração estadual do Poder Executivo:

- A) membros de Conselhos Estaduais.
- B) funcionários de autarquias.
- C) ocupantes de cargos comissionados.
- D) ocupantes de cargos isolados.

Questão 39

Segundo o Disposto no Decreto nº 43.885, de 04/10/2004, são princípios orientadores da conduta do servidor público do Estado de Minas Gerais:

- A) boa-fé e pessoalidade.
- B) eficiência e lealdade às convicções pessoais.
- C) presteza e competitividade.
- D) transparência e tempestividade.

Questão 40

Em conformidade com a Lei Delegada nº 174/2007, os cargos do Grupo de Direção e Assessoramento da Administração Direta do Poder Executivo de provimento em comissão e as funções gratificadas no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo, destinadas, ao desempenho de funções de confiança, estão graduados, respectivamente, nos seguintes números de níveis:

- A) 10 e 7.
- B) 11 e 9.
- C) 12 e 8.
- D) 15 e 10.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 41

No que concerne ao Direito Ambiental Constitucional, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- B) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao meio ambiente, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- C) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter a sua localização definida em lei estadual, mas a autorização para a sua instalação dar-se-á através de lei federal.
- D) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Questão 42

A respeito dos bens públicos, marque a assertiva correta.

- A) Podem ser alienados, a partir de exame de conveniência e oportunidade pelo administrador.
- B) Não podem ser vendidos em hipótese alguma.
- C) Os bens das estatais podem ser adquiridos por usucapião.
- D) A alienação de bens de uso especial depende de autorização, passada por decreto executivo.

Questão 43

A propósito do servidor público em estágio probatório, assinale a alternativa correta.

- A) Pode ser demitido ou exonerado livremente, sem qualquer formalidade, em razão da precariedade de seu vínculo com a administração.
- B) Não tem direito à disponibilidade, no caso de extinção do cargo para o qual foi nomeado.
- C) Somente pode ser demitido por decisão judicial.
- D) Não pode acumular cargos públicos, em nenhuma hipótese.



Questão 44

Sobre as Organizações Sociais, é INCORRETO afirmar que:

- A) a entidade possui personalidade jurídica de direito privado.
- B) a entidade é criada por meio de promulgação de lei específica.
- C) pertencem ao denominado terceiro setor.
- D) são entidades que não pertencem à Administração Pública direta.

Questão 45

A Diretoria Conjunta da ANATEL editou a Portaria nº X, em que determina às operadoras do sistema de telecomunicações que discriminem, na conta do serviço público, as ligações feitas pelo usuário. Assinale a alternativa correta.

- A) A Portaria é inconstitucional, pois viola o princípio da legalidade, previsto no art. 5º, II, da CF.
- B) A Portaria é nula, pois a atividade da ANATEL cinge-se à mera regulação dos atos do Ministério e à fiscalização do serviço público.
- C) A Portaria é válida, pois a determinação se insere no âmbito de competência das agências reguladoras.
- D) A Portaria fere o princípio da razoabilidade.

Questão 46

Assinale a afirmação correta sobre as sanções penais e administrativas face às condutas lesivas ao meio ambiente.

- A) A prestação de serviços à comunidade é uma das sanções que poderão ser impostas e consiste na atribuição, ao condenado, de tarefas gratuitas, junto a parques, jardins públicos e unidades de conservação, e, no caso de dano da coisa pública ou tombada, na restauração desta, se possível. Não se inclui, neste caso, o dano da coisa particular.
- B) As penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o poder público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de 10 anos, no caso de crimes dolosos, e de 5 anos, no de crimes culposos.
- C) A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro, destinado somente à vítima ou à entidade pública, fixada pelo juiz, não inferior a um salário-mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários-mínimos.
- D) Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica, sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Questão 47

No que diz respeito à inviolabilidade do domicílio, prevista no artigo 5º da CRFB/1988, é correto afirmar:

- A) A inviolabilidade não será aplicada nas hipóteses de flagrante delito ou desastre, independentemente do horário em que houver a ocorrência dos fatos supracitados.
- B) A autoridade policial, munida de autorização judicial, poderá adentrar na casa até as 22 horas.
- C) A inviolabilidade é um direito que só se aplica ao indivíduo que detém o domínio/propriedade do bem imóvel, não alcançando aquele que detém a posse.
- D) Se a autoridade policial receber informações seguras de que um crime está sendo cometido dentro da residência de um chefe de Estado, deverá aguardar ordem de seu superior hierárquico para adentrar na casa, por conta da inviolabilidade do domicílio do artigo supracitado.

Questão 48

Acerca do controle de constitucionalidade, marque a afirmativa correta.

- A) O controle difuso tem competência originária no STF, e por isso possui, em regra, efeito *ex nunc*, podendo passar a ter efeito *ex tunc* e *erga omnes*, na hipótese de aplicação do artigo 52, X da CRFB/1988.
- B) O controle concentrado é feito por via de exceção, pois a declaração de inconstitucionalidade almejada não se dá pela via principal, mas de forma incidental.
- C) O controle concentrado é exercido por meio de uma ação própria, em que o pedido principal é a declaração da inconstitucionalidade ou constitucionalidade de uma lei ou ato normativo.
- D) O controle difuso é feito por via de exceção, pois a declaração de inconstitucionalidade almejada não se dá pela via principal, mas de forma incidental e tem sua competência originária no STF.

Questão 49

Acerca das medidas cautelares na ADIN é correto afirmar:

- A) No julgamento do pedido de medida cautelar, deverá ser feita a sustentação oral dos representantes judiciais do requerente e das autoridades ou órgãos responsáveis pela expedição do ato, de acordo com o Regimento do Tribunal.
- B) Em nenhuma hipótese poderá o Tribunal deferir a medida cautelar, sem a audiência das autoridades das quais emanou a lei ou ato normativo impugnado.
- C) A medida cautelar poderá ser concedida com efeito *ex tunc*.
- D) O relator deverá ouvir a Advocacia Geral da União, no prazo de 3 dias.

Questão 50

A extinção do processo na ação principal, em que tenha havido liminar concedida, terá como consequência:

- A) A cautelar ficará prejudicada apenas se julgado o processo, com resolução de mérito, por perda de seu caráter preventivo.
- B) A cautelar ficará prejudicada apenas se julgado o processo, sem resolução de mérito, por perda de seu caráter preventivo.
- C) O objetivo da cautelar é instrumentalizar as partes, com a extinção do processo, sem resolução do mérito, persiste ainda o perigo, mantendo, por isso, todos os efeitos da medida.
- D) A cautelar ficará prejudicada se julgado o processo, com ou sem resolução de mérito, por perda de seu caráter preventivo.

Questão 51

Sabedora de que seu devedor estava dando fim a todo patrimônio dele, ameaçando não honrar sua dívida, a credora Sarita Helena decidiu promover ação cautelar em face do mesmo. Na medida assecuratória, postulou também a concessão de liminar para demonstrar bens do patrimônio do devedor para a manutenção da garantia. Acerca desta situação, é correto afirmar:

- A) A cautelar adequada ao caso concreto é a de sequestro, se o patrimônio que o devedor tiver disponível for bem móvel.
- B) A cautelar adequada ao caso é a de busca e apreensão, pois visa a apreender o bem móvel sob a guarda do devedor para evitar que ele o dilapide.
- C) A prova da dívida que possui Sarita Helena em relação ao devedor é requisito suficiente para a concessão da medida cautelar.
- D) A cautelar adequada para o caso é o arresto que, na prática, viabiliza, caso seja necessária, a eventual penhora do bem indicado para a medida.

Questão 52

Com relação ao processo de execução, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Uma vez iniciada a execução, são restritas as medidas de que o credor poderá desistir.
- B) A execução para cobrança de crédito terá sempre fundamento em título de obrigação certa, líquida e exigível.
- C) Aplicam-se, subsidiariamente à execução, as disposições que regem o processo de conhecimento.
- D) Considera-se atentatório à dignidade da Justiça, caso o executado, ao ser intimado, não indicar ao juiz, em cinco dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores.

Questão 53

Marta Helena propõe ação para reconhecimento da existência de união estável em face de Tadeu, objetivando desconstituir a respectiva união e partilhar o único imóvel que se encontra em nome de Tadeu, alegando que o bem foi comprado com produto do esforço dela também. Requereu o pedido de antecipação de tutela para tornar o imóvel indisponível, uma vez que viu o bem anunciado para venda nos classificados do bairro. Nesse caso, decidirá corretamente o juiz, se:

- A) indeferir liminarmente o pedido, com o entendimento de que o procedimento adequado não é o de pedido de tutela antecipada, mas sim de medida cautelar de sequestro.
- B) converter o pedido de tutela antecipada em medida cautelar, em caráter incidental, uma vez que estão presentes os pressupostos, atendendo a efetividade do processo.
- C) indeferir liminarmente o pedido, com o entendimento de que o procedimento adequado não é o de pedido de tutela antecipada, mas sim de medida cautelar de arresto.
- D) suspender o processo sem resolução do mérito, por ausência de pressupostos processuais.

Questão 54

Sobre atos administrativos, marque a única opção correta.

- A) Quando a Administração Pública celebra com particular um contrato de locação de bem imóvel, o faz mediante ato administrativo.
- B) São elementos do ato administrativo: competência, objeto, forma, motivação e finalidade.
- C) A presunção de legitimidade, requisito do ato administrativo, é *juris tantum*.
- D) É por meio de alvará que a administração formaliza a sua aquiescência, no sentido de ser desenvolvida certa atividade pelo particular.

Questão 55

Com relação à extinção dos atos administrativos, marque a única alternativa correta.

- A) Haverá a caducidade do ato administrativo quando uma lei posterior for contrária àquela que respaldava a prática daquele ato administrativo.
- B) Enquanto na revogação os efeitos operam *ex nunc*, na invalidade os efeitos operam *ex tunc*.
- C) Por meio da autotutela, a Administração deverá rever seus atos administrativos acerca de sua legalidade e de seu mérito.
- D) Sendo a autotutela um poder-dever da Administração Pública, não é necessária a abertura de contraditório quando forem afetados interesses individuais, pois a parte que se sentir prejudicada poderá se valer do Poder Judiciário para análise final do ato.

Questão 56

No que concerne às empresas públicas e sociedades de economia mista, é correto afirmar que:

- A) são entidades da administração indireta, com personalidade jurídica de direito privado, que somente se diferenciam uma da outra pela distribuição do capital.
- B) respondem, objetivamente, pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.
- C) as empresas públicas podem adotar qualquer forma societária, dentre as legalmente admitidas, ao passo que a sociedade de economia mista terá, obrigatoriamente, a forma de sociedade anônima.
- D) buscam interesses meramente privados.

Questão 57

É forma de gestão associada de serviços públicos, EXCETO:

- A) Um consórcio público entre o Estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte.
- B) Um convênio de cooperação entre o Estado de São Paulo e o Estado de Minas Gerais.
- C) Um consórcio público entre a União e uma autarquia federal.
- D) Um consórcio público entre dois municípios limítrofes.

Questão 58

Assinale a alternativa correta no tocante à presunção de legitimidade dos atos administrativos.

- A) As decisões da Administração Pública são legais e seu conteúdo corresponde à verdade.
- B) Não se admitem provas em contrário.
- C) O administrador deve demonstrar aos administrados que suas decisões são legais e, só assim, poderá exigir o fiel cumprimento dos atos administrativos.
- D) É facultado ao administrado demonstrar que a decisão é ilegal, antes de cumpri-la.

Questão 59

Jurema, servidora responsável pelo almoxarifado, solicitou a compra de cartuchos da marca X, para serem utilizados nas impressoras da instituição (todas elas da marca X). Ressalte-se que a gerência de informática declarou, em documento próprio, de natureza técnica, a prejudicialidade da compra dos denominados cartuchos genéricos ou reconicionados. Entretanto, a referida servidora sabe que é vedada a escolha de marca nas contratações da Administração Pública (art. 3º e art. 7, § 5º, da Lei nº 8.666/1993). Assim, o processo administrativo de compra é encaminhado ao setor jurídico para esclarecer acerca da legalidade da compra de cartuchos da referida marca. Considerando a situação narrada, marque a opção que deverá corresponder à manifestação correta do advogado público.

- A) A compra não poderá ser realizada porque viola o princípio da competitividade e igualdade.
- B) A compra não poderá ser realizada porque viola o princípio da eficiência.
- C) A compra poderá ser realizada, com base no princípio da economicidade.
- D) A compra poderá ser realizada, com base no princípio da padronização.

Questão 60

A respeito do Fato do Príncipe, assinale a alternativa correta.

- A) São atos de governo não diretamente ligados ao contrato, mas que sobre ele exercem influência reflexa.
- B) Tem um traço de igualdade com a cláusula exorbitante, pois ele também não quebra o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- C) Constitui evento de natureza imprevisível e inevitável.
- D) Consiste em interferência imprevista que anula o contrato administrativo.

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija TEXTO DISSERTATIVO com, no mínimo, 20 e, no máximo, 25 linhas, em modalidade e limites solicitados, em norma-padrão da língua portuguesa sobre o tema: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: O QUE FAZER EM PROL DA VIDA?

Texto 1

Transporte rodoviário atropela natureza em Minas e deixa rastro de destruição

Diante do horrendo Holocausto Vegetal em Rolândia, o Ministério Público exigiu que a Secretaria de Meio Ambiente seguisse o Código Ambiental do Município. Contudo, os fatos demonstram que a Secretaria não conhece (ou não entende) o espírito desta importante Lei! Em pouco mais de dois anos, um número incalculável de árvores sadias, sobretudo Sibipirunas (madeira de lei nativa da Mata Atlântica) foram incineradas em Caldeiras e Fornos de carvão. [...]

Disponível em [blogdopaulofarina.blogspot.com](http://blogdopaulofarina.blogspot.com). Acesso em 25/09/2013.

Texto 2

[...]  
Menos aparente que os acidentes que se sucedem nas estradas brasileiras, a deterioração do meio ambiente no entorno das pistas é outro efeito da precariedade do transporte de cargas e passageiros no país e especialmente em Minas, dono da maior malha viária do Brasil (16% do total). Com 60% da produção nacional escoada por rodovias, o país sofre em escala maior com a emissão de gases, acidentes que resultam em vazamento de produtos químicos, descarte incorreto de substâncias por parte de estabelecimentos instalados nas estradas e mesmo atropelamentos de animais silvestres.

Os impactos podem ser medidos pelo que ocorre em Minas. De 2010 a 2012, por exemplo, 92% dos 287 vazamentos de produtos tóxicos e poluentes registrados pela Diretoria de Emergências Ambientais do Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema) ocorreram no transporte – contra 8% provocados por indústrias e outras atividades. Só o meio rodoviário respondeu por 84% dessas ameaças a rios, lençóis freáticos e ecossistemas. O quadro é agravado pela falta de adoção ou fiscalização de medidas que poderiam minimizar problemas, como mostra o Estado de Minas a partir de hoje em série de reportagens sobre o impacto do transporte sobre a natureza.

PARREIRAS, Mateus. *Transporte rodoviário atropela natureza em Minas e deixa rastro de destruição*. Postado em 24/06/2012. Disponível em [www.em.com.br](http://www.em.com.br). (Fragmento)

Texto 3

O progresso

Eu queria poder afagar uma fera terrível  
Eu queria poder transformar tanta coisa impossível  
Eu queria dizer tanta coisa  
Que pudesse fazer eu ficar bem comigo  
Eu queria poder abraçar meu maior inimigo  
Eu queria não ver tantas nuvens escuras nos ares  
Navegar sem achar tantas manchas de óleo nos mares  
E as baleias desaparecendo  
Por falta de escrúpulos comercias  
Eu queria ser civilizado como os animais

[...]

Roberto Carlos. Disponível em [www.kboing.com.br](http://www.kboing.com.br). Acesso em 25/09/2013.



RA.S.CUNHO